

# AMBIENTALISMO DE RESULTADOS?

REFLEXÕES SOBRE AS OPINIÕES OTIMISTAS

DE JOAQUIM LEITE

Por Amanda Maltez Fialho<sup>1</sup>

A gestão atual do governo federal, liderada pelo presidente Jair Bolsonaro (Partido Liberal), desde a campanha eleitoral, mostra-se polêmica em diversos temas, dentre eles, o meio ambiente. Na contramão do consenso - científico e internacional - e dotada de um discurso negacionista, a gestão vencedora em 2018, deparou-se (e ainda se depara) com o desafio de gerir o complexo cenário socioambiental brasileiro, com todos os seus conflitos, interesses, expectativas, dinâmicas e camadas. Um vasto país, com ecossistemas diversos e observados pelo mundo.

Em um artigo de opinião<sup>2</sup>, intitulado *Ambientalismo de Resultados*, publicado em janeiro de 2022 na *Folha de São Paulo*, o atual ministro do meio ambiente, Joaquim Leite, apresenta com grande estima o que considera como feitos do governo federal durante os últimos três anos, no que diz respeito à gestão ambiental. Um artigo controverso, especialmente para quem acompanha cotidianamente os desmandos e retrocessos ambientais, mas que pode subsidiar importantes reflexões sobre os (des)caminhos do meio ambiente no Brasil.

Adjetivando a postura ambiental do governo como racional e responsável, uma vez que - segundo ele -, é pautada na obtenção

de resultados, o ministro divide as prioridades deste governo em três nichos, nos quais, segundo ele, uma série de ações estão sendo desenvolvidas, sendo eles: cidade, florestas e parques. Ao promover o conceito de "ambientalismo de resultados" para descrever a atuação dos seus, busca diferenciar-se de outras vertentes do ambientalismo ao qual já se referiu, inclusive, como "utopia verde". Seu ambientalismo, no entanto, tem acarretado em resultados negativos mais do que positivos.

Vale ressaltar ser recente a atuação de Joaquim Leite como ministro. Até a metade de 2021, quem ocupava o cargo era Ricardo Salles, aquele que, durante uma reunião ministerial em 2020, declarou que, já que a imprensa e a sociedade estavam voltadas integralmente à pandemia do coronavírus, eles - os ministros -, deveriam aproveitar para "*ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas*"<sup>3</sup>. Salles deixou o cargo após ser alvo de inquéritos e, por supostamente, agir ilegalmente para favorecer madeireiros<sup>4</sup>.

O fato é que mesmo tecendo críticas constantes (a governos anteriores, às políticas ambientais e aos movimentos ambientalistas) e se autopromovendo como uma

gestão racional, puramente técnica e "sem ideologia", o governo Bolsonaro não entrega o que promete - nem o que deveria. Temas socioambientais de grande relevância no contexto brasileiro, e que tradicionalmente são pautas na questão ambiental, como reforma agrária, comunidades tradicionais, defesa de terras indígenas, reflorestamento e o combate ao avanço das queimadas, não são mencionadas, assim como a palavra "Amazônia" sequer apareceu no artigo do ministro. Mesmo o Conselho da Amazônia, colegiado reativado em 2019 como resposta à pressão internacional - inclusive de parceiros históricos do Brasil - frente às altíssimas taxas de desmatamento e queimadas no bioma, parece não ter tido sucesso, quando observados os dados reais.

Conforme aponta Marcio Astrini (Secretário-Executivo do Observatório do Clima), os aparentes resultados destacados no artigo por Joaquim Leite e nas "lives de quinta" do presidente, não possuem pé na realidade, uma vez que os dados reais são apresentados, intencionalmente, de forma distorcida e/ou incompleta, ou seja, buscando construir uma narrativa positiva para uma crise que avança a passos largos. Percebe-se que a estratégia discursiva utilizada, em que se inverte informações e relações de causa-consequência, é sistemático, ficando em evidência durante a pandemia, quando o número de mortes, a importância das vacinas e a gra-

1 Contato: [amandamaltez95@gmail.com](mailto:amandamaltez95@gmail.com).

2 Ambientalismo de Resultados. Joaquim Leite. 2022. [Acesse aqui](#).

3 Passando a boiada: 5 momentos nos quais Ricardo Salles afrouxou regras ambientais. André Shalders. 2020. [Acesse aqui](#).

4 Ricardo Salles deixa o Ministério do Meio Ambiente. BBC News. 2021. [Acesse aqui](#).

vidade da situação eram constantemente minimizadas pelo governo federal.

Um exemplo desse modo de agir, no discurso ambiental, se deu ainda no início do ano, quando Bolsonaro comemorou a redução de 80%, segundo ele próprio, das multas ambientais no campo, ao passo que em 2021 a floresta amazônica teve 10.362 km<sup>2</sup> de sua mata nativa destruída, o pior cenário dos últimos dez anos, segundo o Imazon<sup>5</sup>. Ou seja, o que Bolsonaro está de fato comemorando ao apresentar a redução de multas como um avanço, é a decadência da fiscalização ambiental e a ascensão - ainda que temporária - de uma política antiambiental. Segundo fala do presidente ao mencionar a redução de multas durante o evento de lançamento do Circuito de Negócios Agro: "*Paramos de ter grandes problemas com a questão ambiental*"<sup>6</sup>. O anúncio é, no mínimo, arrogante, diante da realidade brasileira.

Em 2019 também houve comemoração<sup>7</sup> por parte de Bolsonaro pelo fato de, naquele ano, sob sua gestão, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) ter tido a menor taxa de multas aplicadas por danos ambientais dos últimos 17 anos. Nota-se que nos últimos três anos a postura permanece a mesma e o compromisso com a banda ruralista segue intacto, bem como o afimco em ir à contramão da preservação ambiental, haja vista que uma considerável parte do desmatamento avança no país está relacionado às atividades agropecuárias. Mais uma vez, o ambientalismo de Leite mostrando seus resultados (aos ruralistas).

Apesar do cenário alarmante e das sucessivas altas nas taxas de desmatamento, inclusive em terras indígenas e Unidades de Conservação, em seu artigo, o ministro também parece desconhecer as relações básicas entre a perda de

ecossistemas, as extensas queimadas e as mudanças climáticas. De modo que, ao descrever a participação do governo brasileiro na COP26 como marcante e inovadora, especialmente por assumir compromissos como reduzir em 50% a emissão de gases poluentes até 2030 (ampliando a meta de 43%, prevista em governo anterior) e neutralizar a emissão de carbono até 2050, o ministro se esquece de mencionar que os dados sobre desmatamento e emissão de gases-estufa demonstram que o Brasil, sob a gestão Bolsonaro, segue exatamente para o caminho oposto da redução.

A 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26) aconteceu em Glasgow, na Escócia, e teve como objetivos fortalecer o compromisso dos países com a meta do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura global em 1,5°C e discutir o que tem sido feito para atingir tal resultado. Com a participação de 197 países, entre eles o Brasil, foi divulgado nos noticiários mais uma tentativa de Bolsonaro de driblar os fatos e promover uma imagem irreal do contexto ambiental brasileiro e, sobretudo, de sua gestão.

Um relatório com dados do Prodes (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite), do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), evidenciou o desmatamento de 13.235 km<sup>2</sup> da Amazônia Legal entre 2020 e 2021, sendo esse o pior cenário desde 2006 e representando um aumento de 22% na devastação em relação ao período anterior. Ocorre que, segundo a imprensa<sup>8</sup>, este relatório foi disponibilizado pelo Inpe para o governo no dia 27 de outubro, no entanto, tais números foram omitidos no discurso de Bolsonaro à COP26, que ocorreria no dia primeiro de novembro.

Tampouco o relatório e suas atualizações foram citados por Joaquim Leite durante sua fala no evento. Diante das contradições entre o discurso político e a realidade dos fatos, resta saber o quão a sério

os demais países levaram as promessas do Brasil e quais as medidas concretas e os instrumentos que serão aplicados pelo governo para alcançar as metas prometidas.

Evidentemente, problemas ambientais e más escolhas no campo de gestão não são exclusividade do governo Bolsonaro. A complexidade da questão ambiental vem sendo reconhecida internacionalmente com maior vigor nas últimas décadas e cada país, com suas particularidades características e estágios de desenvolvimento, responde a isso de uma forma diferente. A construção de uma consciência ambiental, que se converta em práticas, valores e políticas, ainda é um caminho a ser percorrido. No entanto, o explícito descaso com a ciência e com as evidências, bem como com as políticas ambientais, é uma característica marcante do governo atual.

Em posturas que, à primeira vista, parecem ser consequência do despreparo de uma equipe perdida, nota-se, por outro lado, que não se trata de não saber o que estão fazendo, até por serem, em grande parte, pessoas que estão há décadas na vida política. Na verdade, fazem exatamente o que se propuseram a fazer, defendendo interesses de grupos aos quais nunca negaram apoio e compromisso. Não há um governo perdido, há um governo estratégico, que faz do negacionismo política pública, criando polêmicas, enquanto "passa a boiada" sobre terras indígenas, florestas nativas, direitos sociais e bom senso.

A maneira como um povo trata o meio ambiente diz muito sobre os valores que o sustentam. Para algumas culturas, a natureza é uma extensão de si; para outras, a natureza é sagrada; para outras, ainda, é casa, é alimento. Para a cultura dominante e colonial, a natureza é reconhecida, essencialmente, como recurso. A ideia de que nós, seres humanos, estamos do lado de fora da natureza e agora podemos manipulá-la de qualquer modo, está enraizada em nosso modo de produzir, em nosso modo de consumir e de pensar a vida, e isso diz muito sobre nossa sociedade.

No campo político, a manei-

5 Desmatamento na Amazônia cresce 29% em 2021 e é o maior dos últimos 10 anos. Imazon. 2022. [Acesse aqui](#).

6 Cerimônia de Lançamento do Circuito de Negócios Agro. Banco do Brasil. 2022. [Acesse aqui](#).

7 Bolsonaro comemora queda recorde de multas do Ibama em 2019. Luciana Lima. 2019. [Acesse aqui](#).

8 Governo Bolsonaro segurou divulgação de dados de desmatamento antes da COP26. Viniçius Sassine e Ricardo Della Coletta. 2021. [Acesse aqui](#).

ra como as questões ambientais e ecológicas são tratadas nos programas políticos, também diz muito sobre os valores e interesses que sustentam ou sustentariam aquele governo. É comum, especialmente para quem estuda ou está próxima/o da área ambiental, ouvir que a legislação ambiental brasileira é exemplar, mas que não há sua consolidação adequada na prática. Isto é, as leis existem, são boas, mas não são integralmente cumpridas, por diversas circunstâncias que atra-

vessam, geralmente, o conflito de interesses políticos e econômicos.

O contexto político, em todas as suas esferas, certamente contribui para uma maior ou menor rigurosidade no cumprimento da legislação ambiental. Da mesma maneira, cada governo possui o poder - ainda que temporário - de ampliar as políticas ambientais e/ou construir novas. Durante o período de governos que possuem uma visão oposta à conservação e ao ambientalismo, como é a atual, é que

podemos compreender e analisar o quão resilientes e resistentes são tais políticas.

A torcida é para que, ao findar esta perturbação retrógrada e destrutiva, voltem a brotar as gramíneas e as sementes que há muito são cultivadas nesse país, pelos povos indígenas, pequenas/os agricultores, ambientalistas, cientistas e gestoras/es públicos comprometidas/os com um futuro justo e ambientalmente possível, de resultados positivos para todos. ■



Fig. 1: Joaquim Leite, ministro do meio ambiente desde 2021.

[Fonte disponível aqui.](#)